

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Corpo de Bombeiros Militar - CBM

Diretoria de Logística - CBM-DLOG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA – CBMRO**, inserido na região da Amazônia Legal, é constantemente requisitado para combater incêndios florestais, sobretudo no período seco. Tais ocorrências ambientais demandam respostas rápidas, eficientes e seguras por parte da administração pública. Foi observado o crescimento estatístico de 2023 para 2024 no número de atendimento aos incêndios florestais nas áreas urbanas e nas zonas rurais, atendimentos realizados nas Operações e pelo serviço Ordinários nos quartéis dos 17 municípios do Estado. Em 2023 tivemos 7.168 ocorrência, Já em 2024 nos deparamos com um ano atípico nas condições climáticas, provocando um aumento significativo no número de ocorrências de incêndios, quando foram registrados 10.654 atendimentos. Um crescimento expressivo no número de focos de incêndio atendidos, quando comparado com o ano de 2023. Registrando um aumento de 43,64%. Muito desses número são em decorrência das consequência provocada pelo agravamento da crise hídrica, que forçou o Governo do Estado de Rondônia estabelecer o decreto N° 29.252, de 4 de julho de 2024 ([0054227541](#)), em função da baixa precipitação pluviométrica e consequente redução dos níveis dos rios, que ocasiono riscos de desabastecimento de água e interrupção da navegação, e o decreto N° 29.417, de 26 de agosto de 2024, em virtude do crescimento anormal dos incêndios florestais.

1.2. A atuação de combate e mitigação de incêndios florestais permite a proteção ambiental, com a redução na destruição da flora e fauna nativa, protegendo a biodiversidade, diminuição dos níveis de poluição atmosférica oriundos de fumaça e partículas, prevenindo doenças respiratórias, e gera a segurança da população e redução dos custos emergenciais e recuperação de áreas degradadas.

1.3. Contudo, a ausência de ações com objetivo de combater incêndios florestais provocará danos ambientais irreversíveis, agravar os problemas de saúde pública, prejuízos econômicos diretos, com perdas na produção agropecuária e impacto no turismo, responsabilização administrativa e judicial do Estado e gestores, e consequente comprometimento da imagem institucional.

1.4. Assim, visando ampliar os serviços prestados à sociedade, de forma mais efetiva e eficaz, em consonância com o planejamento estratégico da instituição voltado para seu mister na defesa do meio ambiente através do Combate à Incêndio Florestal, torna-se imperioso prover com insumos necessários às unidades operacionais e administrativas do CBMRO, no atendimento das demandas dessa natureza requeridas pela sociedade.

1.5. Ademais, o CBMRO é a instituição permanente do estado que dentre outros, presta serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndio urbano e florestal bem como ações de Defesa Civil, todos de atribuições legais, exigindo que a Administração Pública tenha à sua disposição materiais e equipamentos especiais para garantir não só a segurança dos seus militares, mais também que garantam a eficiência no atendimento de qualidade à população.

1.6. Nesse sentido, as Unidades operacionais do CBMRO, necessitam desse tipo de recursos materiais para o desenvolvimento de suas atividades, pois a escassez ou a falta dos recursos necessários ao atendimento dessas demandas, prejudicam a eficiência na prestação do serviço Bombeiro Militar, com reflexo negativo na gestão administrativa das Unidades.

1.7. Numa ótica mais ampla, o interesse público do presente estudo está relacionado às missões constitucionais e legais previstas no §3º do Art. 148 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 2º da Lei nº 2.204/2009, cujas atribuições legais só podem ser alcançadas com a disponibilidade de equipamentos que permitam ao CBMRO realizar o combate à incêndios urbanos e florestais que a legislação impõem.

2. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1. A presente aquisição de Equipamento de Proteção Individual de Combate à Incêndios Florestais - CIF para Brigadistas Florestais, está alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico e organizacional, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) deste exercício de 2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS

3.1. A presente contratação deverá contemplar a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados ao combate a incêndios florestais, atendendo rigorosamente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste estudo, em consonância com as normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis, bem como às exigências legais pertinentes.

3.1.1. Os produtos fornecidos deverão possuir certificações técnicas válidas que atestem sua conformidade com os padrões de segurança, qualidade e desempenho exigidos para o uso em operações de combate a incêndios florestais, incluindo, mas não se limitando, às normas EN, ISO e demais regulamentações específicas do setor.

3.1.2. É imprescindível que os materiais apresentem resistência adequada a condições ambientais adversas características da região amazônica, tais como elevada umidade, temperaturas elevadas, abrasão, exposição a agentes químicos e movimentação em terrenos irregulares, garantindo, assim, a integridade física e a segurança dos usuários durante as operações.

3.1.3. Ademais, a contratação deverá assegurar que os fornecedores comprovem a garantia técnica mínima para os equipamentos, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações vigentes, abrangendo a substituição ou reparo dos produtos em caso de defeitos de fabricação ou vícios ocultos no período estipulado.

3.1.4. Os fornecedores deverão também demonstrar capacidade técnica e operacional para atendimento das condições contratuais, incluindo prazos de entrega, suporte técnico e assistência pós-venda, visando a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

3.1.5. Por fim, recomenda-se que a contratação possibilite o fornecimento parcelado dos equipamentos, adequando-se às demandas operacionais e às disponibilidades orçamentárias, sem prejuízo da eficiência e da economicidade do processo

3.2. DA GARANTIA DOS MATERIAIS:

3.3. Os materiais e equipamentos deverão ter prazo de garantia mínima no que couber aplica-se o Código de Defesa do Consumidor. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o prazo mínimo de garantia legal é de 90 dias para produtos duráveis, incluindo EPIs.

3.4. O fornecedor deverá apresentar documentação informando, pelo menos o mínimo, das garantias exigidas.

3.5. Os prazos serão contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, pelo qual obriga-se independentemente de ser ou não o fabricante do produto a efetuar a qualquer tempo substituições ou reparações nos objetos desta licitação, em virtude de quaisquer defeitos de fabricação (manufatura, construção, montagem) ou de concepção (projeto, design) pelos prazos estipulados em lei de defesa do consumidor, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração:

- 3.6. Durante o período de garantia do objeto, este deverá estar abrigado contra vícios, ou seja, mantendo o perfeito e integral funcionamento, sendo substituído, integralmente, se for o caso.
- 3.7. A garantia ofertada pela CONTRATADA para todos os equipamentos e itens deverá, obrigatoriamente, ser prestada pelo fabricante, pela CONTRATADA ou por rede de assistência técnica credenciada.
4. LEVANTAMENTO DE MERCADO
- 4.1. Este levantamento de mercado tem como objetivo identificar fornecedores e estimar os custos dos equipamentos destinados ao combate a incêndios florestais. A iniciativa visa atender às demandas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, garantindo a aquisição de itens que assegurem a segurança e a eficácia das atividades de combate.
- 4.2. O levantamento foi realizado com base em consultas a fornecedores especializados e revisão de catálogos técnicos. Os critérios de pesquisa incluíram conformidade com normas técnicas aplicáveis, atendimento às especificações operacionais e diversidade de ofertas no mercado.
- 4.3. Os itens pesquisados e suas respectivas especificações técnicas são apresentados a seguir:
- 4.3.1. **Capacete de combate a incêndio florestal:** O capacete deverá ser fabricado conforme as normativas EN 16471:2014, EN 16473:2014, EN 12492:2012 e EN 1385:2012, certificações próprias para operações de combate a incêndio florestal, resgate técnico (BREC, resgate veicular, acidentes naturais, etc.), resgate em altura e resgate em águas rápidas.
- 4.3.2. **Lanterna com adaptador para capacete:** lanterna de LED para ser usada em áreas de proteção contra incêndio em perigo de gás, vapor, névoa (G) e explosões de poeira (D). A tampa da tocha não é inflamável, deverá ser leve e é feita de termoplástico retardante de chamas e antiestático. Funciona a bateria. Ele é projetado para ser instalado em capacetes de bombeiros. A lanterna está em conformidade com os requisitos da Diretiva 94/9/EC e as seguintes normas harmonizadas: EN 60079-0:2009, EN 60079-11:2012, EN 60079-7:2007, EN 60079-31:2009
- 4.3.3. **Balaclava:** Confeccionada em malha de fibra aramida ou material superior. Cor crua. Reforço do próprio material costurado. Bainha na parte inferior. Resistente a temperaturas de até 250 °C de aproximação. CONSTRUÇÃO: Malha de fibra aramida. CAMADAS/ GRAMATURA: 1 camada – máximo 350 g/m². TIPO DE ABERTURA: Abertura facial total. CERTIFICAÇÃO: EN 13911.
- 4.3.4. **Luva de vaqueta:** Luva de proteção individual (EPI) destinado a proteger as mãos contra agentes abrasivos e escoriantes. Características gerais (em conformidade com NBR 13712) - Tipo: Luva de 05 (cinco) dedos com punho (forma L), servindo de cobertura para a mão e o pulso
- 4.3.5. **Conjunto EPI florestal (calça e gandola):** Calça e gandola em tecido resistente a chamas, leve, com ventilação e bolsos funcionais, certificado segundo normas específicas (ISO 15384:2018+A1:2021 (verificação de marcação); ABNT NBR ISO 13688:2017 (E) (verificação de tamanhos adequados ao biotipo brasileiro); ISO 15025:2000 (programação a chamas); ISO 6942:2002 (ensaio de calor radiante); ISO 17493:2000 (ensaio de resistência ao calor); BS EN ISO 3146:2000 + Corrigenda de 2002 Ensaio de resistência ao calor (ponto de fusão); ISO 13934-1: 2013 (determinação da resistência a tração e alongamento de tecidos); ISO 13937-2: 2000 Determinação da força ao rasgamento (têxteis); ISO 11092:1993 (resistência térmica- hotplate); ISO 5077:2007 (alteração dimensional após lavagem e secagem doméstica); DIN EN ISO 20471:2013, 5.1 Ensaio de determinação do coeficiente de retroreflexão; ISO 15384:2018, 9.2 Verificação da área de cobertura de materiais retroreflexivos e fluorescentes.)
- 4.3.6. **Apito:** Apito profissional, a prova de ferrugem, potência sonora mínima de 120db (decibéis), de ampla sonoridade.
- 4.3.7. **Respirador facial completo:** Com filtros para partículas e fumaça (PFF3 ou equivalente), ajuste anatômico, vedação segura, visor com ampla visão.
- 4.3.8. **Bota para combate a incêndio florestal:** Bota exterior em Cordura à prova de fogo e à prova de água com biqueira e calcanhar reforçados, com revestimento de plástico para evitar fricções e danos causados por partículas incandescentes. Forro têxtil interior hipoalergênico de espuma com alta resistência à abrasão, absorvente da humidade e alta respirabilidade. Gola interior ergonomicamente concebida acolchoada com espuma de poliuretano de alta densidade, que favorece a mobilidade e o ajuste do pé. Leve e flexível, capaz de resistir a densidade de temperaturas de até 300°C, possuir amortecimento, tração e estabilidade, aderência em superfícies rochosas, resistente a componentes químicos. Peso: 0,6 kg ou menos. Nível de proteção: F1PA + HI3 + SRC. Normativas: EN 15090:2012.
- 4.3.9. **Cantil de hidratação:** Capacidade mínima de 1 litro, material resistente a impactos e calor (ex.: policarbonato ou aço inox), com alça para transporte.
- 4.4. Foram consultados 02 fornecedores especializados e realizadas análises em plataformas de compras públicas. Os preços estimados para os itens são apresentados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA (0056490852)		S.O.S SUL RESGATE COM E SE LTDA (0056490852)
			VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	Capacete de combate a incêndio florestal	314	R\$ 3.990,00	R\$ 1.252.860,00	R\$2.199,00
02	Lanterna com adaptador para capacete	314	R\$ 820,00	R\$ 257.480,00	R\$3.686,00
03	Balaclava	314	R\$ 392,00	R\$ 123.088,00	R\$190,00
04	Luva de vaqueta	314	R\$ 45,00	R\$ 14.130,00	R\$279,00
05	Conjunto EPI florestal	314	R\$ 3.200,00	R\$ 1.004.800,00	Camisa: R\$1.645,00 Calça: R\$1.645,00 Conjunto: R\$3.290
06	Apito	314	R\$ 88,00	R\$ 27.632,00	-
07	Respirador facial completo	314	R\$ 3.920,00	R\$ 1.230.880,00	-
08	Bota para combate a incêndio florestal	314	R\$ 815,00	R\$ 255.910,00	R\$2.590,00
09	Cantil de hidratação	314	R\$ 90,00	R\$ 28.260,00	-
VALOR TOTAL (R\$)			R\$ 4.195.040,00		R\$3.199,00

- 4.5. Os resultados indicam ampla disponibilidade de fornecedores para a maioria dos itens, com variação significativa nos preços, dependendo da marca e dos materiais utilizados. Observou-se menor variedade de opções para o item "Respirador facial completo", o que pode demandar negociação ou busca adicional no mercado.
- 4.6. O levantamento de mercado proporcionou informações essenciais para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, possibilitando a identificação de fornecedores e estimativas de custos realistas para os equipamentos necessários. Os dados obtidos contribuirão para fundamentar a escolha da modalidade de contratação e a previsão orçamentária.
- 4.7. Para a aquisição dos itens levantados, foram avaliados quatro cenários possíveis de contratação, considerando as vantagens e desvantagens de cada um.

Cenário 1 - Aquisição por meio de pregão eletrônico

Vantagens:

- Maior transparência e competitividade no processo.
- Possibilidade de obter preços mais vantajosos devido à ampla participação de fornecedores.
- Conformidade com os princípios da administração pública.

Desvantagens:

- Maior tempo para conclusão do processo licitatório.
- Exige preparo e planejamento detalhado do edital e das especificações.

Cenário 2 - Adesão a Ata de Registro de Preços válida

Foi realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com o objetivo de verificar a existência de Atas de Registro de Preços que pudessem atender às necessidades do objeto pretendido neste processo administrativo.

Após análise criteriosa das atas disponíveis no PNCP, constatou-se que nenhuma das ARPs pesquisadas contempla os requisitos técnicos, quantitativos ou qualitativos necessários para atender à demanda em questão. Essa inexistência de atas adequadas impossibilita a adoção do procedimento de adesão como alternativa viável.

Cenário 3 - Aquisição por dispensa de licitação

Vantagens:

- Agilidade no processo, especialmente em situações emergenciais.
- Redução de trâmites burocráticos.

Desvantagens:

- Preços podem ser menos competitivos devido à ausência de concorrência.
- Maior risco de questionamentos quanto à legalidade, se não houver justificativa clara.

Cenário 4 - Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Vantagens:

- Permite a aquisição parcelada e conforme demanda, otimizando o fluxo financeiro e operacional da Administração.
- Proporciona maior flexibilidade para atendimento das necessidades institucionais ao longo da vigência da Ata.
- Favorece a competitividade e transparência, mediante procedimentos licitatórios regulares para registro dos preços.
- Facilita a gestão contratual e o planejamento orçamentário, assegurando preços pactuados por período determinado.

Desvantagens:

- Requer planejamento inicial detalhado e acompanhamento contínuo durante a vigência da Ata.
- Exige disciplina na gestão das adesões e contratações decorrentes da Ata.

4.8. Com base na análise, **optou-se pelo Cenário 4 - Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, por se tratar da alternativa mais viável e vantajosa para o atendimento das demandas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Essa modalidade assegura maior eficiência, flexibilidade e economicidade na contratação, alinhada aos princípios da administração pública e às necessidades operacionais, garantindo que os equipamentos possam ser adquiridos conforme a real demanda, com previsibilidade orçamentária e controle adequado.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia informa que esta é a primeira vez que está realizando a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para brigadistas. Conforme estabelecido no Ofício N. 20322/2024/CBM-SUBCMDGERAL ([0053827103](#)), o quantitativo de brigadistas contratados será de 314 pessoas, e este dado é o único disponível como referência para a estimativa de quantidade.

5.2. Dessa forma, não há memória de cálculo anterior ou histórico de aquisições similares que possa ser utilizado para fundamentar o tópico de estimativa de quantidades no presente Estudo Técnico Preliminar. O quantitativo apresentado reflete, portanto, a necessidade atual identificada para atender às exigências operacionais e de segurança dos brigadistas contratados.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Com base nos valores levantados no mercado, o custo total estimado para a aquisição dos itens necessários ao combate a incêndios florestais é de **R\$ 4.018.258,00**. Este valor considera a média dos preços coletados para cada item, garantindo um orçamento realista que abrange todas as especificações técnicas definidas no levantamento.

6.2. O valor estimado será utilizado como referência para planejamento orçamentário, assegurando que a contratação seja realizada de forma transparente e eficiente.

TABELA 1: EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OPERAÇÕES DE COMBATE CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA	QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO	QUANTID/ TOTAL
01	1372	CAPACETE DE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL, com as seguintes especificações mínimas:O capacete deverá ser fabricado conforme as normativas EN 16471:2014, EN 16473:2014, EN 12492:2012 e EN 1385:2012, certificações próprias para operações de combate a incêndio florestal, resgate técnico (BREC, resgate veicular, acidentes naturais, etc.), resgate em altura e resgate em águas rápidas. O casco externo deverá ser feito em	UND	314	79	314

		termoplástico, com tratamento retardador de chamas. Não serão aceitos cascos externos feitos em ou que contém fibra de vidro, devido à deformação do material. O casco externo deverá oferecer total segurança ao crânio do usuário contra impactos mecânicos, e com isolamento elétrico de capacidade E2 conforme a normativa EN 397. O casco externo deverá ser anti-risco e possuir adesivos refletivos. É necessário que o casco externo apresente um suporte para lanternas, possibilitando seu uso em operações noturnas. O casco externo deverá possuir cume longitudinal para auxiliar na proteção contra impactos mecânicos. O casco interior deve ser removível, possibilitando sua manutenção ou troca quando necessário. Deverá possuir estofamento interno feito em material antialérgico, capaz de ser removido para limpeza. A queixeira deverá possuir no mínimo três pontos de fixação e ser feita em material antialérgico, para prevenir irritação na pele do usuário. O sistema de ajuste deverá estar localizado fora do casco externo, possibilitando que o usuário varie de tamanho entre 47cm até 68cm sem retirar o capacete e com uso de luvas, serão aceitos sistemas mais eficientes. O capacete deve possibilitar a fixação de protetores de pescoço através de um sistema de no máximo três pontos, permitindo a fixação/troca de maneira rápida. O capacete deverá ser entregue acompanhado de óculos com lente transparente e vedação, não serão aceitos capacetes com visor integrado devido à incapacidade de vedação. O óculos deverá ser feito de acordo com a EN 166, garantindo proteção aos olhos do usuário. O peso total do capacete equipado com óculos, protetor de pescoço e lanterna não deverá exceder 1.200g. O capacete deverá apresentar os seguintes certificados: EN 166; EN 16471:2014; EN16473:2014; EN 12492:2012 e EN 1385:2012.MODELO DE REFERÊNCIA: CAPACETE DE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL KZPT TYTAN MAX, ou MSA GALLET F2, similar ou de qualidade superior.				
02	16898	LANTERNA COM ADAPTADOR PARA CAPACETE , com as seguintes especificações mínimas: lanterna de LED para ser usada em áreas de proteção contra incêndio em perigo de gás, vapor, névoa (G) e explosões de poeira (D). A tampa da tocha não é inflamável, deverá ser leve e é feita de termoplástico retardante de chamas e antiestático. Funciona a bateria. Ele é projetado para ser instalado em capacetes de bombeiros. A lanterna está em conformidade com os requisitos da Diretiva 94/9/EC e as seguintes normas harmonizadas: EN 60079-0:2009, EN 60079-11:2012, EN 60079-7:2007, EN 60079-31:2009.ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Designação: II 2G Ex e ib IIB T4 Gb; II 2D Ex tb IIIC TMax 95oC Db, IP 67; Certificação: IEP 14 ATEX 0192; A lanterna está em conformidade com os requisitos da EN 443:2008 em termos de resistência à chama; Certificação: IEP 14 ATEX 0192; Conformidade com a Diretiva: 94/9/EC; Conformidade com a norma: EN 60079:2009; Resistência à chama: Em conformidade com a norma EN 443:2008; Alimentação: sistema de alimentação mais eficiente; Brilho mínimo: 120 lm; Duração (em 1 conjunto de baterias): Min. 60 horas; Grau de proteção mínimo: IP 67; Distância de iluminação: Aprox. 100 m; Peso máximo: 150g (sem baterias).MODELO DE REFERÊNCIA: Para CAPACETE MSA GALLET F2 ou Lanterna de LED ISKRA, similar ou de qualidade superior.		314	79	314
03	627271	BALACLAVA , com as seguintes especificações mínimas: Confeccionada em malha de fibra aramida ou material superior. Cor crua. Reforço do próprio material costurado. BAINHA na parte inferior. Resistente a temperaturas de até 250 °C de aproximação. CONSTRUÇÃO: Malha de fibra aramida. CAMADAS/ GRAMATURA: 1 camada – máximo 350 g/m². TIPO DE ABERTURA: Abertura facial total. CERTIFICAÇÃO: EN 13911.		314	79	314
04	627330	LUVA DE VAQUETA, (par) , com as seguintes especificações mínimas: Luva de proteção individual (EPI) destinado a proteger as mãos contra agentes abrasivos e escoriantes. Características gerais (em conformidade com NBR 13712) - Tipo: Luva de 05 (cinco) dedos com punho (forma L), servindo de cobertura para a mão e o pulso. Acabamento: Deverão ser confeccionadas em vaqueta (couro em flor) lisa, na cor natural e serem totalmente curtidas ao cromo. Devem ter boa flexibilidade e serem macias. Devem ter acabamento no punho com viés e elástico embutido no dorso na região do punho. Não deverão apresentar cortes ou furos no couro e nem partes do couro divergindo em espessura e qualidade. Deverão possuir grau de flexibilidade e resistência exigidas para as finalidades a que se destinam. Deverão ser reforçadas internamente na palma e reforço externo de costura nos dedos polegar, médio e anelar.		314	79	314
05	16898	ROUPA DE PROTEÇÃO / CONJUNTO EPI FLORESTAL (CALÇA E GANDOLA) , com as seguintes especificações mínimas: BLUSÃO: Blusão na cor amarelo, comprimento total entre 2/4 e 3/4, contendo 04 bolsos contendo abertura para caneta na tampa do bolso superior esquerdo; Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura, cintura com ajuste pelo lado interno realizado por cordão, mangas pré-formadas e reforços do tecido nos cotovelos, gola com fechamento na parte central para maior proteção do usuário, com módulo refletivo termo fixado nas costas e faixas refletivas bicolor micro perfuradas, 2 Faixas refletivas na cor cinza e amarela de modo que o cinza fique no meio e o amarelo fique em cima e em baixo da faixa cinza com 2,0 cm de largura cada cor da faixa reflexiva. As faixas devem estar na altura do peito e nos antebraços próximo aos punhos, de modo que envolva em linha reta todo o uniforme confeccionado em tecido altamente resistente, tendo como base viscose FR, meta-aramida, para-aramida, fibra antiestática de 225 gramas/m² ou material similar ou de qualidade superior. Na manga direita deverá ser bordado a bandeira do Estado de Rondônia com 7,0 cm de comprimento de modo que fique proporcional ao braço direito devendo ser iniciado a partir de 6,0 cm abaixo da linha do ombro; na manga esquerda deverá ser bordado o emblema do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. O emblema apresenta círculo na cor vermelha de 73 mm de diâmetro, representando, em destaque, a cor predominante da Corporação, com anel interno na cor branca de 70 mm de diâmetro e 1 mm de largura, distando aproximadamente 1,50 mm da borda do círculo, ladeando toda a extensão do anel encontra-se os dizeres "CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA" no semicírculo superior e, "1998" no semicírculo inferior, de forma arqueada, em caracteres maiúsculos com letras cheias tipo bastão, com 4,40 mm de altura e diâmetro de 64 mm, tendo ao centro do círculo sobre o campo vermelho, o desenho do símbolo do CBMRO com 42 x 50 mm (42 mm de largura e 50 mm de altura) de modo que fique proporcional ao braço direito devendo ser iniciado a partir de 5,0 cm abaixo da linha do ombro; Na parte superior das costas deve conter um letreiro pintado na cor preta, dimensão 320 X 133		314	79	314

		<p>mm; com os dizeres "BRIGADA", abaixo "CBMRO" e abaixo "FLORESTAL.CALÇA: Cor verde, possuindo duas faixas reflexivas bicolor micro perfuradas, na cor cinza e amarela de modo que o cinza fique no meio e o amarelo fique em cima e em baixo da faixa cinza com 2,0 cm de largura cada cor da faixa, de modo que envolva em linha reta todo o uniforme com 06 bolsos com aba de grandes dimensões para fácil abertura com luvas, possuindo reforço nos joelhos, reforço inferior em tecido com altíssima resistência à abrasão e partículas incandescentes modacrílico, algodão, nano partículas de cerâmica e fibra antiestática, ou material equivalente; forro interno na parte frontal visando diminuir a sensação térmica do combatente, algodão com tratamento antichama, elásticos laterais de fácil ajuste na cintura para maior conforto, confeccionada em tecido altamente resistente, tendo como base viscose FR, meta-aramida, para-aramida, fibra antiestática de 225 gramas/m² ou material similar ou de qualidade superior.CERTIFICAÇÕES:Deve ser exigido comprovação pelos licitantes das certificações que comprovem o atendimento às seguintes normas de ensaios aplicáveis a roupa de proteção individual de combate a incêndio florestal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ISO 15384:2018+A1:2021 (verificação de marcação); • ABNT NBR ISO 13688:2017 (E) (verificação de tamanhos adequados ao biotipo brasileiro); • ISO 15025:2000 (programação a chamas); • ISO 6942:2002 (ensaio de calor radiante); • ISO 17493:2000 (ensaio de resistência ao calor); • BS EN ISO 3146:2000 + Corrigenda de 2002 Ensaio de resistência ao calor (ponto de fusão); • ISO 13934-1: 2013 (determinação da resistência a tração e alongamento de tecidos); • ISO 13937-2: 2000 Determinação da força ao rasgamento (têxteis); • ISO 11092:1993 (resistência térmica- hotplate); • ISO 5077:2007 (alteração dimensional após lavagem e secagem doméstica); • DIN EN ISO 20471:2013, 5.1 Ensaio de determinação do coeficiente de retroreflexão; • ISO 15384:2018, 9.2 Verificação da área de cobertura de materiais retroreflexivos e fluorescentes. <p>GARANTIA TÉCNICA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prazo mínimo de 06 (seis) meses, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes. 				
06	485834	<p>APITO, com as seguintes especificações mínimas:Apito profissional, a prova de ferrugem, potência sonora mínima de 120db (decibéis), de ampla sonoridade, para ser usado ao ar livre em eventos esportivos, buscas, salvamentos, resgates, funciona em ambientes secos e molhados, fabricado em plástico resistente de alto impacto, com boquilha anatômica que oferece melhor agarre e proteção aos dentes, de golpe fácil com resposta imediata, utilizado pelas organizações desportivas FIFA - Federation Internationale de Football Association, FIBA - International Basketball Federation, NFL - National Football League, com cordão de segurança para pendurar ao pescoço.</p>		314	79	314
07	1306	<p>RESPIRADOR FACIAL COMPLETO, com as seguintes especificações mínimas:• Recurso Anti-Fogo: A máscara de gás possui um design anti-embacamento, garantindo uma visão clara mesmo em ambientes agressivos, aumentando a segurança e a produtividade.• Máscara do gás 6800:Este modelo 6800 é projetado especificamente para pintura industrial e pulverização, proporcionando proteção superior contra produtos químicos nocivos e poeira.• Projeto completo do rosto:O design full-face oferece proteção abrangente, protegendo os olhos, rosto e pulmões de substâncias nocivas.• Equipamento De Segurança Industrial:Como peça essencial do equipamento de segurança industrial, esta máscara de gás garante a segurança do trabalhador e a conformidade com os padrões de segurança.Filtro cartucho proteção objetosCaixa 3: gases orgânicos e vapor, benzeno, cetona, dissulfeto de carbono, etcCaixa n ° 4: amônia, sulfeto de hidrogênio etcCaixa n ° 7: gás ácido no vapor, dióxido de enxofre, cloro, sulfeto de hidrogênio, óxidos de nitrogênio, etcCaracterística:Respirador facial completo (FULL FACE):Lente grande para amplo campo de visãoDesign leve e equilibradoSilicone faceiseal para maior conforto e durabilidadeEspecificações:• Conexão Tipo: Baioneta• Tipo Facepiece: Facepiece completo reutilizável• Tipo do arnês: 4 pontos• Missão Tipo: Aeronaves, Navios, V"eículos• Tipo de Operação: Segurança, Manutenção, Reparação e Operações, Revisão• Material preliminar: Elastômero termoplástico do silicone• Tipo do produto: Facepiece completo</p>		314	79	314
08	627358	<p>BOTA PARA ATIVIDADE COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL, (par), com as seguintes especificações mínimas: Bota exterior em Cordura à prova de fogo e à prova de água com biqueira e calcanhar reforçados, com revestimento de plástico para evitar fricções e danos causados por partículas incandescentes. Forro têxtil interior hipoalergênico de espuma com alta resistência à abrasão, absorvente da humidade e alta respirabilidade. Gola interior ergonomicamente concebida acolchoada com espuma de poliuretano de alta densidade, que favorece a mobilidade e o ajuste do pé.Leve e flexível, capaz de resistir a densidade de temperaturas de até 300°C, possuir amortecimento, tração e estabilidade, aderência em superfícies rochosas, resistente a componentes químicos. Peso: 0,6 kg ou menos. Nível de proteção: F1PA + HI3 + SRC. Normativas: EN 15090:2012.</p>		314	79	314
09	355883	<p>CANTIL DE HIDRATAÇÃO: Capacidade mínima de 900 ml e máxima de 1,5 litros, material resistente a impactos e calor (ex.: policarbonato ou aço inox), com alça para transporte.</p>		314	79	314

7. JUSTICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. O parcelamento da solução, realizando a aquisição dos equipamentos e materiais em itens separados por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), é tecnicamente necessário e operacionalmente mais adequado por diversos motivos:

7.2. Os produtos solicitados possuem características técnicas distintas e são fabricados por fornecedores especializados em cada tipo de equipamento. Por exemplo, EPIs como capacetes, luvas e roupas antichama demandam fornecedores com expertise específica em vestuário de segurança.

7.3. Agrupar todos esses itens em uma única contratação poderia restringir a competitividade do processo, pois é improvável que um único fornecedor atenda todas as demandas com excelência técnica. O parcelamento via SRP permite que cada item seja atendido por fornecedores especializados, assegurando a qualidade e adequação do material adquirido.

7.4. A utilização do SRP para aquisição parcelada amplia a competitividade, incentivando a participação de fornecedores especializados em cada um dos itens. Isso resulta em maior concorrência entre fornecedores especialistas, o que tende a implicar em melhores preços e condições comerciais.

7.5. Além disso, a aquisição parcelada por meio do SRP facilita o gerenciamento orçamentário e financeiro da corporação, permitindo o escalonamento das contratações e pagamentos conforme a efetiva demanda e entrega dos itens. Essa flexibilidade é vantajosa para o fluxo de caixa e possibilita negociações individualizadas, garantindo condições mais favoráveis com cada fornecedor.

7.6. Dessa forma, o parcelamento da solução via Sistema de Registro de Preços justifica-se pela diversidade técnica dos produtos, a necessidade de competitividade entre fornecedores especializados, a urgência no fornecimento de determinados itens, bem como pela otimização orçamentária e garantia de suporte técnico qualificado. Assim, asseguramos uma contratação eficiente, eficaz e ágil, atendendo plenamente às necessidades emergenciais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia no combate aos incêndios florestais.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Considerando o cenário apresentado no item 4 e a crescente necessidade operacional relacionada ao combate a incêndios florestais no Estado de Rondônia, torna-se imprescindível a aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos brigadistas florestais. A proteção adequada dos profissionais que atuam nas operações de contenção de incêndios é medida imprescindível para garantir a segurança diante dos riscos elevados, como inalação de fumaça tóxica, exposição a altas temperaturas e outras condições adversas inerentes à atividade.

8.2. A solução proposta consiste na **aquisição dos equipamentos por meio de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade que proporciona maior flexibilidade, transparência, competitividade e otimização orçamentária. O pregão eletrônico assegura ampla competitividade e obtenção de melhores preços, enquanto o SRP permite a aquisição parcelada conforme a real demanda, assegurando economicidade e atendimento contínuo às necessidades operacionais da corporação, em consonância com os princípios da administração pública.

8.3. Este Estudo Técnico Preliminar prevê que, uma vez formalizada a Ata de Registro de Preços, poderá contemplar a possibilidade de atualização dos quantitativos registrados, desde que respeitados os requisitos legais aplicáveis. Essa previsão visa garantir maior previsibilidade e continuidade no fornecimento dos materiais essenciais ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

8.4. Adicionalmente, a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços configura uma nova contratação, permitindo a atualização dos quantitativos sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios a cada ciclo anual. Tal abordagem assegura maior eficiência na gestão dos insumos, previne eventuais desabastecimentos e contribui para a plena operacionalidade das atividades da corporação.

8.5. A aquisição abrange os seguintes itens, conforme as especificações técnicas previamente definidas:

- Capacetes resistentes ao calor e a impactos mecânicos.
- Lanternas LED com adaptador para capacete, com autonomia mínima de 6 horas.
- Balaclavas confeccionadas em material resistente a chamas.
- Luvas de vaqueta com reforços térmicos para proteção manual.
- Conjuntos de EPIs florestais compostos por calça e gandola, certificados conforme normas técnicas vigentes.
- Apitos com alcance sonoro superior a 90 decibéis.
- Respiradores faciais completos com filtros PFF3 para proteção respiratória.
- Botas de combate com solado antiderrapante e resistência térmica adequada às operações.
- Cantis de hidratação com capacidade mínima de 1 litro, confeccionados em material resistente.

8.6. A implementação dessa solução visa assegurar a integridade física e a eficiência operacional das equipes durante as ações de combate a incêndios florestais, garantindo que os equipamentos adquiridos estejam adequados às condições ambientais e desafios enfrentados em campo.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. O objetivo desta aquisição é oferecer à população a continuidade dos serviços de combate a incêndios florestais por meio do fornecimento e suporte de equipamento, haja vista a necessidade de proteção adequada dos profissionais envolvidos em operações de contenção de incêndios florestais é uma medida de segurança vital, visando os seguintes resultados:

9.1.1. Proteção da saúde e segurança dos Brigadistas: os EPIs garantem a integridade física dos profissionais expostos a riscos como calor extremo, fumaça tóxica, faíscas e objetos perfurantes durante o combate a incêndios florestais e reduzem significativamente as chances de queimaduras, intoxicações e acidentes, preservando a saúde dos trabalhadores.

9.1.2. Cumprimento das normas legais: atende à NR-6 (Equipamentos de Proteção Individual) e demais normas reguladoras que exigem a oferta de equipamentos adequados e certificados para atividades de risco e garante conformidade com a Lei 14.133/2021, que exige que as contratações públicas priorizem a eficiência e segurança nas operações.

9.1.3. Redução de custos com acidentes e afastamentos: o uso de EPIs adequados diminui a probabilidade de acidentes de trabalho e afastamentos por doenças ocupacionais, isso reduz os custos com tratamento médico, indenizações e substituições de pessoal.

9.1.4. Aumento da eficiência operacional: EPIs de qualidade permitem maior mobilidade, resistência e conforto aos brigadistas, favorecendo o desempenho e a eficácia no combate aos incêndios, são mais leves e adaptados ao terreno irregular e às condições extremas.

9.1.5. Preservação do meio ambiente: a proteção adequada dos brigadistas garante resposta mais ágil e eficiente, reduzindo a extensão dos danos ambientais causados pelos incêndios florestais e contribui para a conservação de ecossistemas, fauna, flora e recursos naturais locais.

9.1.6. Otimização do investimento público: aquisição de EPIs duráveis e de qualidade, reduzindo custos com reposição;

9.1.7. Facilidade de manutenção e logística: EPIs de fácil higienização e armazenamento para prolongar a vida útil, com distribuição eficiente para as unidades operacionais.

9.1.8. Motivação e valorização dos profissionais: o fornecimento de EPIs adequados demonstra preocupação com o bem-estar e segurança dos brigadistas, promovendo a valorização profissional e maior engajamento da equipe e contribui para um ambiente de trabalho mais seguro e motivador.

9.1.9. Atendimento a demandas emergenciais: com a disponibilidade de EPIs adequados, os brigadistas estarão preparados para atuar em emergências de forma rápida e segura, melhorando o tempo de resposta e mitigando riscos em situações críticas.

9.2. Essas vantagens não são exaustivas, mas apenas justificativas para aquisição dos EPIs, reforçando a importância de oferecer condições seguras de trabalho, além de estarem alinhadas à legislação bem como a eficiência operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. O Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, conforme os termos do art. 117, da Lei nº. 14.133/21, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;

10.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes à presente.

12. **RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

12.1. Em conformidade com as diretrizes da 6ª edição do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, a aquisição de equipamentos e materiais destinados ao combate a incêndios florestais no Estado de Rondônia tem como objetivo fornecer aos **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)** especializados e adequados para a atividade, garantindo a segurança dos profissionais e assegurando a conformidade da Corporação com as boas práticas e a legislação vigente.

12.2. No entanto, é fundamental considerar os possíveis impactos ambientais relacionados à **fabricação, uso e descarte** dos produtos a serem adquiridos. A seguir, destaque-se os principais aspectos a serem avaliados:

12.3. **Impactos Ambientais na Produção dos Equipamentos**

12.4. A fabricação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capacetes, botas e roupas resistentes ao fogo, especialmente na produção de materiais sintéticos (nomex, kevlar, borracha, etc.). A fabricação desses materiais requer o uso de matérias-primas, como petróleo (para materiais plásticos e sintéticos).

12.5. **Impactos Ambientais Durante o Uso dos Equipamentos**

12.6. Durante as operações de combate a incêndios, e pela natureza dos EPIs há baixo risco de geração de resíduos que possam gerar poluição ambiental, especialmente em áreas de proteção ambiental ou próximos a corpos hídricos.

12.7. **Impactos Ambientais do Descarte**

12.8. Esses EPIs pela sua natureza têm uma vida útil limitada devido à exposição constante ao calor extremo e ao desgaste mecânico. O descarte inadequado de capacetes, luvas, roupas antichama e outros materiais sintéticos pode gerar acúmulo de resíduos não biodegradáveis, como polímeros e plásticos, em aterros sanitários, contribuindo para a poluição ambiental a longo prazo.

12.9. **Mitigação dos Impactos Ambientais**

12.10. Para minimizar os impactos ambientais associados à aquisição e uso dos equipamentos, algumas medidas mitigadoras podem ser adotadas, como:

12.11. Aquisição de Equipamentos com Certificações Ambientais priorizando fornecedores que possuam certificações ambientais, como ISO 14001, ou que utilizem processos de produção mais sustentáveis, garantindo menor impacto na fabricação.

12.12. Estabelecer um plano de gestão de resíduos que inclua a destinação correta de EPIs usados, peças danificadas, materiais plásticos, priorizando o reaproveitamento, reciclagem ou descarte em locais licenciados.

12.13. Assim, embora a aquisição de equipamentos e materiais para o combate a incêndios florestais seja fundamental para a proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio público, é importante reconhecer os potenciais impactos ambientais envolvidos no ciclo de vida desses produtos. No entanto, com a adoção de medidas mitigadoras adequadas, como a escolha de fornecedores ambientalmente responsáveis, o uso de tecnologias mais limpas e a gestão eficaz de resíduos, os impactos ambientais podem ser minimizados, garantindo que a aquisição atenda às necessidades operacionais da Instituição sem comprometer a sustentabilidade a longo prazo.

13. **JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

13.1. No presente processo não se identifica qualquer razão técnica, jurídica ou administrativa que justifique a exclusão da participação de pessoas físicas na licitação.

13.2. Conforme os princípios norteadores da Lei nº 14.133/2021, especialmente os previstos nos artigos 5º e 11º, a Administração Pública deve assegurar ampla participação dos interessados nos processos licitatórios, promovendo concorrência e permitindo maior eficiência econômica. A inclusão de pessoas físicas contribui para a ampliação do universo de potenciais fornecedores, o que pode resultar em condições mais vantajosas para a Administração, seja em termos de preço, qualidade ou prazo.

13.3. Além disso, os itens objeto da licitação, como os EPIs florestais, são produtos que podem ser fornecidos tanto por pessoas jurídicas como por pessoas físicas devidamente habilitadas. A exigência de capacidade técnica e regularidade fiscal já é suficiente para garantir que os fornecedores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, atendam aos requisitos legais e de qualidade para o fornecimento dos itens.

13.4. Portanto, a participação de pessoas físicas será permitida, desde que atendam às condições estabelecidas no edital, garantindo o cumprimento do interesse público e a observância dos princípios da competitividade e isonomia.

14. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

14.1. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a contratação da solução é tecnicamente viável e justificada, sendo indispensável para atender às necessidades identificadas. Concluímos não apenas pela viabilidade da contratação, mas também pela sua importância estratégica, dado que o objeto analisado neste estudo é de suma relevância para o cumprimento das metas e objetivos institucionais.

14.2. À luz dessas considerações, conclui-se que a contratação é tanto viável quanto razoável. Recomenda-se que seja realizada por meio de pregão eletrônico, uma vez que essa modalidade apresenta-se, no momento, como a alternativa mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública.

Porto Velho, data e hora da assinatura eletrônica.

Elaboração:

RAMILTON RODRIGUES DA GAMA - 1º TEN BM

Secretário

MARCOS DOS SANTOS BRAGA - 3º SGT BM

Membro

AMOAN DA SILVEIRA ROJAS - CB BM

Membro

Revisão e Validação:

LUCELMA PEREIRA CORDEIRO PICHEK - MAJ BM

Presidente da Comissão

"VIDAS ALHEIAS, RIQUEZAS SALVAR!"

Quartel Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria - CEP: 76.801-246 - Porto Velho/RO
E-mail: cpof@cbm.ro.gov.br / Telefone: (69) 3221-0679



Documento assinado eletronicamente por **AMOAN DA SILVEIRA ROJAS, Cabo**, em 19/05/2025, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMILTON RODRIGUES DA GAMA, 1º Tenente**, em 19/05/2025, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucelma Pereira Cordeiro, Major**, em 19/05/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos do Santos Braga, 3º Sargento**, em 30/05/2025, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060170821** e o código CRC **06B086F6**.

Referência: Caso responda este(a) Estudo Técnico Preliminar, indicar expressamente o Processo nº 0004.014199/2024-07

SEI nº 0060170821

Criado por 01488113106, versão 31 por 01488113106 em 19/05/2025 12:11:53.